

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificamente indicado).

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Celulose Irani S.A. (“Companhia”) está listada na bolsa de valores de São Paulo e tem sede na cidade de Porto Alegre, RS. A Companhia e suas controladas têm como atividades preponderantes aquelas relacionadas à indústria de papel, embalagem de papelão ondulado, industrialização de produtos resinosos e seus derivados, bem como o comércio de móveis com predominância de madeira. Atua no segmento de florestamento e reflorestamento e utiliza como base de toda sua produção a cadeia produtiva das florestas plantadas.

As controladas diretas estão relacionadas na nota explicativa nº4.

2. APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

As informações trimestrais consolidadas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS – International Financial Reporting Standards), emitidas pelo IASB – International Accounting Standards Board, e práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nos pronunciamentos técnicos emitidos pelo CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis, plenamente convergentes ao IFRS, e normas estabelecidas pela CVM – Comissão de Valores Mobiliários.

As informações trimestrais individuais da Controladora foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais divergem das práticas do IFRS apresentadas nas informações trimestrais consolidadas quanto a avaliação de investimentos em controladas pelo método da equivalência patrimonial, onde seriam registrados a custo ou valor justo, em conformidade com o IFRS.

Como não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuíveis aos acionistas controladores, constantes nas informações trimestrais consolidadas preparadas de acordo com as IFRSs e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e o patrimônio líquido e resultado da controladora, constantes nas informações trimestrais individuais preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia optou por apresentar essas informações trimestrais individuais e consolidadas em um único conjunto.

As informações trimestrais foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Moeda funcional e conversão de moedas estrangeiras

As informações trimestrais são apresentadas em reais (R\$), sendo esta a moeda funcional e de apresentação da Companhia e de suas controladas.

As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio em vigor na data da transação. Os ganhos e perdas resultantes da diferença entre a conversão dos saldos em moeda estrangeira para a moeda funcional são reconhecidos na demonstração do resultado.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem os saldos de caixa, bancos e as aplicações financeiras de liquidez imediata, com baixo risco de variação de valor, e com vencimento inferior há 90 dias da data da aplicação e com a finalidade de atender compromissos de curto prazo.

c) Contas a receber e provisão para créditos de liquidação duvidosa

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos, acrescidos de variação cambial quando aplicável. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é calculada com base nas perdas estimadas segundo avaliação individualizada das contas a receber e considerando as perdas históricas, cujo montante é considerado suficiente pela Administração da Companhia para cobrir eventuais perdas na realização dos créditos.

d) Estoques

São demonstrados ao menor valor entre o custo médio de produção ou de aquisição, e o valor líquido realizável. O valor líquido realizável corresponde ao preço de venda estimado dos estoques, deduzido de todos os custos estimados para conclusão e custos necessários para realizar a venda.

e) Ativos não circulantes mantidos para venda

Os ativos não circulantes são classificados como mantidos para venda caso o seu valor contábil seja recuperado principalmente por meio de uma transação de venda e não através do uso contínuo. Essa condição é atendida somente quando a venda é altamente provável e o ativo não circulante estiver disponível para venda imediata em sua condição atual. A Administração deve

estar comprometida com a venda, a qual se espera que, no reconhecimento, possa ser considerada como uma venda concluída dentro de um ano a partir da data de classificação.

Os ativos não circulantes classificados como destinados à venda são mensurados pelo menor valor entre o contábil anteriormente registrado e o valor justo menos o custo de venda.

f) Investimentos

Os investimentos em empresas controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial nas informações trimestrais individuais da controladora.

Conforme o método de equivalência patrimonial, os investimentos em controladas são ajustados para fins de reconhecimento da participação do Grupo no lucro ou prejuízo e outros resultados abrangentes da controlada.

g) Imobilizado

Os ativos imobilizados são avaliados pelo custo de aquisição, deduzidos de depreciação acumuladas e perda por redução ao valor recuperável, quando aplicável. São registrados como parte dos custos das imobilizações em andamento, no caso de ativos qualificáveis, os custos de empréstimos capitalizados. Tais imobilizações são classificadas nas categorias adequadas do imobilizado quando concluídas e prontas para o uso pretendido. A depreciação desses ativos inicia-se quando eles estão prontos para o uso na mesma base dos outros ativos imobilizados.

A Companhia utiliza o método de depreciação linear definida com base na avaliação da vida útil estimada de cada ativo, estimada com base na expectativa de geração de benefícios econômicos futuros, exceto para terras, as quais não são depreciadas. A avaliação da vida útil estimada dos ativos é revisada anualmente e ajustada se necessário, podendo variar com base na atualização tecnológica de cada unidade.

h) Ativo biológico

Os ativos biológicos da Companhia são representados principalmente por florestas de pinus que são utilizados para produção de papéis para embalagem, caixas e chapas de papelão ondulado e ainda para comercialização para terceiros e extração de goma resina. As florestas de pinus estão localizadas próximas a fábrica de Celulose e Papel em Santa Catarina, e também no Rio Grande do Sul, onde são utilizadas para produção de goma resina e para comercialização de toras.

Os ativos biológicos são avaliados a valor justo menos as despesas de venda periodicamente, sendo a variação de cada período reconhecida no resultado como variação de valor justo dos ativos biológicos.

i) Avaliação do valor recuperável de ativos (“Impairment”)

A Companhia adota como procedimento revisar o saldo de imobilizado para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável, sempre que eventos ou mudanças de circunstâncias indiquem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos possa não ser recuperado com base em fluxo de caixa futuro. Essas revisões não indicam a necessidade de reconhecer perdas por redução ao valor recuperável.

j) Imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido)

São provisionados com base no lucro tributável determinado de acordo com a legislação tributária em vigor, que é diferente do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada individualmente por cada empresa com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício. A Companhia adota a taxa vigente de 34% para apuração de seus impostos.

Sobre as diferenças temporárias para fins fiscais, prejuízos fiscais, reserva de reavaliação e dos ajustes de custo atribuído e de variação do valor justo de ativos biológicos são registrados imposto de renda e contribuição social diferidos. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas.

k) Empréstimos e financiamentos, debêntures e cédula de crédito imobiliário - CRI

São registrados pelos valores originais de captação, deduzidos dos respectivos custos de transação quando existentes, atualizados monetariamente pelos indexadores pactuados contratualmente com os credores, acrescidos de juros calculados pela taxa de juros efetiva e atualizados pela variação cambial quando aplicável, até as datas dos balanços, conforme descrito em notas explicativas.

l) Instrumentos financeiros derivativos mensurados a valor justo

Os instrumentos financeiros derivativos são avaliados pelo valor justo na data do balanço em contrapartida de receitas ou despesas financeiras no resultado do período.

m) Arrendamento mercantil

Os arrendamentos mercantis de imobilizado nos quais a Companhia fica substancialmente com

todos os riscos e benefícios de propriedade são classificados como arrendamento financeiro. Todos os outros arrendamentos são classificados como operacional e registrados no resultado do exercício. Os arrendamentos financeiros são registrados como se fossem uma compra financiada, reconhecendo, no seu início, um ativo imobilizado e um passivo de financiamento (arrendamento). O imobilizado adquirido nos arrendamentos financeiros é depreciado pelas taxas definidas na nota explicativa nº 14.

Os arrendamentos mercantis nos quais uma parte significativa dos riscos e benefícios de propriedade fica com o arrendador são classificados como arrendamentos operacionais.

Os pagamentos feitos para os arrendamentos operacionais (líquidos de todo incentivo recebido do arrendador) são apropriados ao resultado pelo método linear ao longo do período do arrendamento.

n) Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como consequência de um evento passado e é provável que recursos sejam exigidos para liquidar essa obrigação. São constituídas em montante, considerado pela Administração, suficiente para cobrir perdas prováveis, sendo atualizada até a data do balanço, observada a natureza de cada risco e apoiada na opinião dos advogados da Companhia.

o) Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Na elaboração das informações trimestrais foram utilizados julgamentos, estimativas e premissas contábeis para a contabilização de certos ativos e passivos e outras transações, e no registro das receitas e despesas dos períodos.

A definição dos julgamentos, estimativas e premissas contábeis adotadas pela Administração foi elaborada com a utilização das melhores informações disponíveis na data das informações trimestrais, envolvendo experiência de eventos passados, previsão de eventos futuros, além do auxílio de especialistas, quando aplicável.

As informações trimestrais incluem, portanto, várias estimativas, tais como, mas não se limitando a, seleção de vida útil dos bens do imobilizado, a realização dos créditos tributários diferidos, provisões para créditos de liquidação duvidosa, avaliação do valor justo dos ativos biológicos, provisões fiscais, previdenciárias, cíveis e trabalhistas, avaliação do valor justo de certos instrumentos financeiros, além de redução do valor recuperável de ativos.

Os resultados reais dos saldos constituídos com a utilização de julgamentos, estimativas e premissas contábeis, quando de sua efetiva realização, podem ser divergentes dos reconhecidos nas informações trimestrais.

p) Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência de exercícios e inclui rendimentos, encargos e variações cambiais às taxas oficiais, incidentes sobre ativos e passivos circulantes e de longo prazo, bem como, quando aplicável, inclui os efeitos de ajustes de ativos para o valor de realização.

q) Reconhecimento das receitas

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções, descontos comerciais e/ou bonificações concedidos ao comprador e outras deduções similares.

A receita de vendas de produtos é reconhecida quando todas as seguintes condições forem satisfeitas:

- a Companhia transferiu ao comprador os riscos e benefícios significativos relacionados à propriedade dos produtos;
- a Companhia não mantém envolvimento continuado na gestão dos produtos vendidos em grau normalmente associado à propriedade nem controle efetivo sobre tais produtos;
- o valor da receita pode ser mensurado com confiabilidade;
- é provável que os benefícios econômicos associados à transação fluirão para a Companhia; e
- os custos incorridos ou a serem incorridos relacionados à transação podem ser mensurados com confiabilidade.

r) Lucro por ação básico e diluído

Calculado com base na média ponderada das ações em circulação durante o exercício.

s) Demonstração do valor adicionado (“DVA”)

A legislação societária brasileira requer a apresentação da demonstração do valor adicionado como parte do conjunto das informações trimestrais apresentadas pela Companhia. Esta demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante os períodos apresentados.

A DVA foi preparada seguindo as disposições contidas no CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado e com base em informações obtidas dos registros contábeis da Companhia, que servem como base de preparação das informações trimestrais.

4. CONSOLIDAÇÃO DAS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

As informações trimestrais consolidadas abrangem a Celulose Irani S.A. e suas controladas conforme segue:

Participação no capital social - (%)		
Empresas controladas - participação direta	31.03.11	31.12.10
Habitasul Florestal S.A.	100,00	100,00
Irani Trading S.A.	99,98	99,98
Meu Móvel de Madeira LTDA.	99,93	99,93
HGE - Geração de Energia Sustentável	99,98	99,98

As práticas contábeis adotadas pelas empresas controladas são consistentes com as práticas adotadas pela controladora. Nas informações trimestrais consolidadas foram eliminados os investimentos nas empresas controladas, os resultados das equivalências patrimoniais, bem como os saldos das operações realizadas e lucros não realizados entre as empresas. As informações contábeis das controladas utilizadas para consolidação têm a mesma data base da controladora.

As operações de cada uma das controladas estão relacionadas na nota explicativa nº 13.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Os saldos de Caixa e Equivalentes de Caixa são representados conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	31.03.11	31.12.10	31.03.11	31.12.10
Fundo fixo	17	17	20	21
Bancos	828	2.195	1.904	2.445
Aplicações financeiras	27.979	36.979	28.919	37.896
	<u>28.824</u>	<u>39.191</u>	<u>30.843</u>	<u>40.362</u>

As aplicações financeiras são remuneradas com renda fixa – CDB, a taxa média de 101,5% do CDI.

6. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	Controladora		Consolidado	
	31.03.11	31.12.10	31.03.11	31.12.10
Contas a receber de:				
Clientes - mercado interno	78.935	77.572	83.789	82.357
Clientes - mercado externo	6.837	2.895	6.891	2.949
Controladas	1.959	2.132	-	-
	<u>87.731</u>	<u>82.599</u>	<u>90.680</u>	<u>85.306</u>
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(5.740)	(5.696)	(6.450)	(6.406)
	<u>81.991</u>	<u>76.903</u>	<u>84.229</u>	<u>78.900</u>

A composição das contas a receber por idade de vencimento é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31.03.11	31.12.10	31.03.11	31.12.10
À vencer	74.854	73.687	76.723	75.644
Vencidos até 30 dias	5.268	2.113	5.667	2.203
Vencidos de 31 a 60 dias	833	524	853	563
Vencidos de 61 a 90 dias	158	288	176	288
Vencidos de 91 a 180 dias	426	48	431	48
Vencidos há mais de 180 dias	6.193	5.939	6.831	6.560
	<u>87.731</u>	<u>82.599</u>	<u>90.680</u>	<u>85.306</u>

O prazo médio de crédito na venda de produtos é de 51 dias. A Companhia constitui provisão para crédito de liquidação duvidosa para as contas a receber vencidas há mais de 180 dias com base em análise da situação financeira de cada devedor e ainda baseada em experiências passadas de inadimplência. Também são constituídas provisões para crédito de liquidação duvidosa para contas a receber vencidas há menos de 180 dias, nos casos em que os valores são considerados irrecuperáveis, considerando-se a situação financeira de cada devedor.

	Controladora		Consolidado	
	31.03.11	31.12.10	31.03.11	31.12.10
Saldo no início do exercício	(5.696)	(5.326)	(6.406)	(6.042)
Provisões para perdas reconhecidas	(49)	(571)	(49)	(571)
Valores recuperados no exercício	5	201	5	207
Saldo no final do exercício	<u>(5.740)</u>	<u>(5.696)</u>	<u>(6.450)</u>	<u>(6.406)</u>

Parte dos recebíveis no valor aproximado de R\$ 48.302, estão cedidos como garantia de algumas

operações financeiras, dentre elas Cessão fiduciária de 25% do valor do saldo devedor principal das debêntures (nota explicativa 17), e também Cessão fiduciária de 3 parcelas de aluguel da operação CRI (nota explicativa 22).

7. ESTOQUES

	Controladora		Consolidado	
	31.03.11	31.12.10	31.03.11	31.12.10
Produtos acabados	6.765	6.237	8.596	7.975
Materiais de produção	19.713	20.370	19.713	20.370
Materiais de consumo	10.926	10.340	10.928	10.340
Outros estoques	363	280	363	322
	<u>37.767</u>	<u>37.227</u>	<u>39.600</u>	<u>39.007</u>

8. IMPOSTOS A RECUPERAR

Estão apresentados conforme a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31.03.11	31.12.10	31.03.11	31.12.10
ICMS sobre aquisição de imobilizado	4.658	5.286	4.669	5.298
ICMS	691	888	691	888
IPI	4.949	4.147	4.949	4.147
Imposto de renda	36	548	36	550
Contribuição social	-	152	-	153
Outros	15	15	15	15
	<u>10.349</u>	<u>11.036</u>	<u>10.360</u>	<u>11.051</u>
Parcela do circulante	8.383	8.635	8.394	8.650
Parcela do não circulante	1.966	2.401	1.966	2.401

Os créditos de ICMS sobre aquisição de imobilizado são gerados em relação às compras de bens para o ativo da Companhia e são utilizados em 48 parcelas mensais e consecutivas conforme previsto em legislação que trata do assunto.

Os créditos de IPI são gerados em relação às aquisições de insumos utilizados no processo produtivo e são utilizados para compensar débitos gerados pelas operações de venda de cada unidade produtiva.

9. BANCOS CONTA VINCULADA

	Controladora e Consolidado	
	31.03.11	31.12.10
Banco do Brasil - Nova York - a)	3.540	5.975
Banco Credit Suisse - Brasil - b)	4.557	4.509
	<u>8.097</u>	<u>10.484</u>
Parcela do circulante	4.663	6.419
Parcela do não circulante	3.434	4.065

- a) Banco do Brasil – Nova York - representado por valores retidos para garantir as amortizações das parcelas trimestrais do empréstimo de pré-pagamento de exportação captado junto ao banco Credit Suisse, referente à parcela com vencimento em maio de 2011.
- b) Banco Credit Suisse Brasil – representado por valores retidos em aplicações financeiras equivalente a 17,2% do valor em reais, para garantir Swap de Fluxo de Caixa. Este valor está classificado no curto e no longo prazo em relação às parcelas de resgate previstas no contrato que ocorrerão em 8 parcelas semestrais a partir de setembro de 2011. Enquanto retido o valor é remunerado como aplicação financeira de renda fixa privada – CDB, equivalente a 108% do CDI.

10. OUTRAS CONTAS A RECEBER

	Controladora		Consolidado	
	31.03.11	31.12.10	31.03.11	31.12.10
Créditos de carbono	5.637	5.789	5.637	5.789
Adiantamento a fornecedor	703	347	818	357
Créditos de funcionários	614	833	619	835
Renegociação de clientes	3.415	3.625	3.446	3.656
Despesas antecipadas	1.607	2.296	1.607	2.298
Outros créditos	270	520	297	628
	<u>12.246</u>	<u>13.410</u>	<u>12.424</u>	<u>13.563</u>
Parcela do circulante	7.453	8.319	7.604	8.445
Parcela do não circulante	4.793	5.091	4.820	5.118

Créditos de carbono – a Companhia possui projetos geradores de créditos de carbono originados pela diminuição de gases de efeito estufa como dióxido de carbono e metano, proporcionados pela instalação da Usina de Co-geração e pela Estação de Tratamento de Efluentes na unidade Papel em Vargem Bonita, SC. Esses créditos são comercializados através de contratos firmados, no âmbito do protocolo de Kyoto, com empresas localizadas em países considerados desenvolvidos obrigados a redução de emissões. Os créditos são reconhecidos conforme regime de competência como redução dos custos do processo produtivo e são mensurados de acordo com a metodologia aprovada no protocolo de Kyoto para cada projeto.

Renegociação de clientes - se refere a créditos de clientes em atraso para os quais a Companhia realizou contratos de confissão de dívida acordando seu recebimento. O vencimento final das parcelas mensais será em novembro de 2014 e a taxa média de atualização é de 2% a.m., reconhecidas no resultado por ocasião de seu recebimento. Alguns contratos constam cláusula de garantias de máquinas, equipamentos e imóveis garantindo o valor da dívida renegociada.

Despesas antecipadas – se refere principalmente a prêmios de seguros pagos por contratação de apólices de seguros para todas as unidades da Companhia, e são reconhecidos no resultado do exercício mensalmente pelo prazo de vigência de cada uma das apólices.

11. ATIVOS CLASSIFICADOS COMO MANTIDOS PARA VENDA

Por decisão do Conselho de Administração da Companhia, em outubro de 2010 foram encerradas as atividades de fabricação de móveis em Rio Negrinho, SC. Os ativos daquela unidade foram avaliados pela Administração e foram classificados como mantidos para venda pelo valor residual contábil na data do balanço, visto que as avaliações feitas apontaram valor de mercado líquido de comissões e custos para comercialização foram acima deste valor residual contábil. Os estoques estão classificados pelo seu valor contábil de aquisição, e a Administração avalia como recuperáveis pela sua venda no mercado.

Esta operação não apresentava passivos em 31 de março de 2011.

	Controladora		Consolidado	
	31.03.11	31.12.10	31.03.11	31.12.10
Estoques	519	530	519	530
Imobilizado	6.560	6.560	6.560	6.560
Ativos de operação descontinuada	<u>7.079</u>	<u>7.090</u>	<u>7.079</u>	<u>7.090</u>

12. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS – ATIVO

	Controladora		Consolidado	
	31.03.11	31.12.10	31.03.11	31.12.10
Imposto de renda diferido ativo				
Sobre provisões temporárias	9.486	9.203	9.491	9.206
Sobre prejuízo fiscal	1.010	1.272	1.010	1.272
Contribuição social diferida ativa				
Sobre provisões temporárias	3.415	3.316	3.416	3.316
Sobre base de cálculo negativa	364	458	364	458
	<u>14.275</u>	<u>14.249</u>	<u>14.281</u>	<u>14.252</u>

A Administração reconheceu imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social. Com base em projeções orçamentárias aprovada pelo Conselho de Administração, a Administração estima que esses créditos sejam realizados conforme demonstrado abaixo:

Período	Valor R\$
2011	2.766
2012	2.273
2013	1.768
2014	7.468
	<u>14.275</u>

13. INVESTIMENTOS

	Habitasul Florestal	Irani Trading	Meu Móvel de Madeira	HGE Geração de Energia	Total
Em 31 de dezembro de 2010	<u>119.959</u>	<u>85.051</u>	<u>1.510</u>	<u>3.529</u>	<u>210.049</u>
Resultado da equivalência patrimonial	297	3.007	39	-	3.343
Em 31 de março de 2011	<u>120.256</u>	<u>88.058</u>	<u>1.549</u>	<u>3.529</u>	<u>213.392</u>
Capital social integralizado	28.260	41.226	4.300	4.010	
Patrimônio líquido	120.256	88.070	1.547	3.530	
Resultado do exercício	297	3.007	39	-	
Participação no capital em %	100,00	99,98	99,93	99,98	

A controlada Habitasul Florestal S.A. realiza operações de plantio, corte e manejo de florestas de pínus e extração de resinas.

A controlada Irani Trading S.A. realiza operações de intermediação de exportações e importações de

bens, exportação de bens adquiridos para tal fim e na administração e locação de imóveis.

A controlada Meu Móvel de Madeira Comércio de Móveis e Decorações LTDA. realiza operações de venda a varejo de móveis e decorações e serviços de montagem de móveis.

A controlada HGE Geração de Energia Sustentável foi adquirida em 2009 e tem por objeto a geração, transmissão e distribuição de energia elétrica de origem eólica para fins de comércio em caráter permanente, como produtor independente de energia, que será gerada através de Parques Eólicos.

14. IMOBILIZADO

a) Composição do imobilizado

	31.03.11			31.12.10
	Custo	Depreciação acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido
Controladora				
Terrenos	123.896	-	123.896	123.894
Prédios e construções	34.763	(6.655)	28.108	28.136
Equipamentos e instalações	506.240	(166.828)	339.412	344.035
Veículos e tratores	1.792	(1.313)	479	513
Outras imobilizações*	12.039	(7.352)	4.687	4.757
Imobilizações em andamento	5.792	-	5.792	5.216
Adiantamento fornec. de imobilizado	7.354	-	7.354	6.740
Bens contratados em leasing financeiro	26.850	(9.497)	17.353	17.745
Imobilizações em imóveis de terceiros	16.061	(1.553)	14.508	14.669
	<u>734.787</u>	<u>(193.198)</u>	<u>541.589</u>	<u>545.705</u>

	31.03.11			31.12.10
	Custo	Depreciação acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido
Consolidado				
Terrenos	169.099	-	169.099	169.014
Prédios e construções	146.570	(28.342)	118.228	118.624
Equipamentos e instalações	506.335	(166.852)	339.490	344.115
Veículos e tratores	1.889	(1.324)	565	603
Outras imobilizações*	14.658	(7.517)	7.141	5.076
Imobilizações em andamento	6.167	-	6.160	7.736
Adiantamento fornec. de imobilizado	7.354	-	7.355	6.741
Bens contratados em leasing financeiro	26.850	(9.497)	17.353	17.745
Imobilizações em imóveis de terceiros	16.061	(1.553)	14.508	14.669
	<u>894.983</u>	<u>(215.084)</u>	<u>679.899</u>	<u>684.323</u>

(*) Saldo referente a imobilizações como móveis e utensílios, softwares e equipamentos de informática.

Síntese da movimentação do imobilizado em 31.03.2011 e 31.12.2010:

	Controladora		Consolidado	
	31.03.11	31.12.10	31.03.11	31.12.10
Saldo inicial do trimestre	545.705	570.282	684.323	709.409
Adições	5.267	19.926	5.463	20.882
Baixas	(699)	(12.085)	(722)	(12.587)
Depreciação	(8.684)	(32.418)	(9.165)	(33.381)
Saldo final do trimestre	<u>541.589</u>	<u>545.705</u>	<u>679.899</u>	<u>684.323</u>

b) Método de depreciação

O quadro abaixo demonstra as taxas anuais de depreciação definidas com base na vida útil econômica dos ativos. A taxa utilizada está apresentada pela média ponderada.

	Taxa %
Prédios e construções *	2,25
Equipamentos e instalações **	6,45
Móveis , utensílios e equipamentos de informática	5,71
Veículos e tratores	20

* incluem taxas ponderadas de imobilizações em imóveis de terceiros

** incluem taxas ponderadas de leasing financeiros

c) Outras informações

As imobilizações em andamento referem-se a obras para melhoria e manutenção do processo produtivo das Unidades Papel e Embalagem em Vargem Bonita – SC e da Unidade Embalagem em Indaiatuba – SP.

O adiantamento a fornecedores refere-se aos investimentos na Unidade Papel e Embalagem de Vargem Bonita – SC.

A Companhia tem responsabilidade por contratos de arrendamento mercantil de máquinas, equipamentos de informática e veículos, com cláusulas de opção de compra, negociados com taxa pré-fixada e 1% de valor residual garantido pago ao final ou diluído durante a vigência do contrato, e que tem como garantia a alienação fiduciária dos próprios bens. Em 31 de março de 2011, os

compromissos assumidos estão registrados como Empréstimos e Financiamentos no passivo circulante e não circulante.

As imobilizações em imóveis de terceiros referem-se à reforma civil na Unidade de Embalagem em Indaiatuba-SP que é depreciada pelo método linear a taxa de 4% (quatro por cento) ao ano. O imóvel é de propriedade das empresas MCFD – Administração de Imóveis Ltda e PFC – Administração de Imóveis Ltda, sendo que o ônus da reforma foi todo absorvido pela Celulose Irani S.A.

d) Perdas pela não recuperabilidade de imobilizado (impairment)

A Companhia não identificou indicadores que pudessem reduzir o valor de realizações de seus ativos em 31 de março de 2011.

e) Ativos cedidos em garantia

A Companhia possui certos ativos imobilizados em garantia de operações financeiras, conforme descrito nas notas explicativas 16, 17 e 22.

15. ATIVO BIOLÓGICO

Os ativos biológicos da Companhia compreendem o cultivo e plantio de florestas de pinus e eucalipto para abastecimento de matéria-prima na produção de celulose utilizada no processo de produção de papel e vendas de toras de madeira para terceiros.

O saldo dos ativos biológicos da Companhia é composto pelo custo de formação das florestas e do diferencial do valor justo sobre o custo de formação, para que o saldo de ativos biológicos como um todo seja registrado a valor justo, da seguinte forma:

	Controladora		Consolidado	
	31.03.11	31.12.10	31.03.11	31.12.10
Custo de formação dos				
Ativos biológicos	41.332	40.789	44.532	44.003
Diferencial do valor justo	119.207	120.662	190.875	194.212
Ativo biológico a valor justo	<u>160.539</u>	<u>161.451</u>	<u>235.407</u>	<u>238.215</u>

a) Premissas para o reconhecimento do valor justo menos custos para vendas dos ativos biológicos

A Companhia reconhece seus ativos biológicos a valor justo seguindo as seguintes premissas em sua apuração:

- (i) A metodologia utilizada na mensuração do valor justo dos ativos biológicos corresponde a projeção dos fluxos de caixa futuros de acordo com o ciclo de produtividade projetado das florestas, levando-se em consideração as variações de preço e crescimento dos ativos biológicos;
- (ii) A taxa de desconto utilizada nos fluxos de caixa foi a de Custo do Capital Próprio (Capital Asset Pricing Model – CAPM). O custo do capital próprio é estimado por meio de análise do retorno obtido por investidores no mercado.
- (iii) Os volumes de produtividade projetados das florestas são definidos com base em uma estratificação em função de cada espécie, adotado sortimentos para o planejamento de produção, idade das florestas, potencial produtivo e considerado um ciclo de produção das florestas. São criadas alternativas de manejo para estabelecer o fluxo de produção de longo prazo ideal para maximizar os rendimentos das florestas, e suprir o abastecimento exigido pela indústria.
- (iv) Os preços adotados para os ativos biológicos são os preços praticados em cada período de análise, baseados em pesquisas de mercado nas regiões de localização dos ativos. São praticados preços em R\$/metro cúbico, considerados custos necessários para colocação dos ativos em condição de venda ou consumo;
- (v) Os gastos com plantio utilizados são os custos de formação dos ativos biológicos praticados pela Companhia,
- (vi) A apuração da exaustão dos ativos biológicos é realizada com base no valor justo dos ativos biológicos colhidos no período, comparado com a expectativa de produção de cada floresta;
- (vii) A Companhia revisa o valor justo de seus ativos biológicos periodicamente, considerando o intervalo que julga suficiente para que não haja defasagem do saldo de valor justo dos ativos biológicos registrado em suas informações trimestrais.

Neste trimestre, a Companhia não identificou variações nas premissas que indicassem a alteração do valor justo dos ativos biológicos.

b) Reconciliação das variações de valor justo

As movimentações do período são demonstradas abaixo:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31.12.10	161.451	238.215
Plantio	3.343	3.412
Exaustão	(1.946)	(3.911)
Alienação de florestas	(2.309)	(2.309)
Saldo em 31.03.11	160.539	235.407

A exaustão dos ativos biológicos do período foi apropriada ao custo de produção.

16. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	Controladora		Consolidado		
	31.03.11	31.12.10	31.03.11	31.12.10	
Circulante					
Moeda nacional					
FINAME	9.816	10.252	9.816	10.252	a)
Capital de giro	64.254	63.308	64.254	63.308	b)
Leasing financeiro	589	602	589	602	c)
Total moeda nacional	74.659	74.162	74.659	74.162	
Moeda estrangeira					
Leasing financeiro	2.149	2.199	2.149	2.199	d)
Adiantamento contrato de câmbio	-	322	-	322	
Banco Votorantim	920	1.186	920	1.186	e)
DF Deutsche Forfait s.r.o.	181	347	181	347	f)
Toronto Dominion Bank	305	310	305	310	g)
Banco Credit Suisse	16.807	16.824	16.807	16.824	h)
Banco C.I.T.	896	863	896	863	i)
Banco Santander (Brasil)	1.471	1.400	1.471	1.400	j)
Banco Santander	1.890	1.840	1.890	1.840	k)
Banco Santander PPE	2.203	2.201	2.203	2.201	l)
Total moeda estrangeira	26.822	27.492	26.822	27.492	
Total do circulante	101.481	101.654	101.481	101.654	
Não Circulante					
Moeda nacional					
FINAME	12.662	15.066	12.662	15.066	a)
Capital de giro	3.316	5.174	3.316	5.174	b)
Leasing financeiro	845	694	845	694	c)
Total moeda nacional	16.823	20.934	16.823	20.934	
Moeda estrangeira					
Leasing financeiro	2.822	3.601	2.822	3.601	d)
Toronto Dominion Bank	152	155	152	155	g)
Banco Credit Suisse	58.824	63.090	58.824	63.090	h)
Banco C.I.T.	672	863	672	863	i)
Banco Santander (Brasil)	2.941	2.800	2.941	2.800	j)
Banco Santander	946	1.840	946	1.840	k)
Total moeda estrangeira	66.357	72.349	66.357	72.349	
Total do não circulante	83.180	93.283	83.180	93.283	
Total	184.661	194.937	184.661	194.937	
Vencimentos no longo prazo:					
	31.12.10	31.12.09	31.12.10	31.12.09	
2012	15.467	22.441	15.467	22.441	
2013	21.997	20.509	21.997	20.509	
2014	23.454	24.547	23.454	24.547	
2015	19.078	22.600	19.078	22.600	
Acima	3.186	3.186	3.186	3.186	
	83.180	93.283	83.180	93.283	

Empréstimos em moeda nacional:

- a) Finame - estão sujeitos a taxas de juros médias de 9,50% a.a., com vencimento final em 2019.
- b) Capital de Giro - estão sujeitos a taxas de juros médias de 10,09% a.a. com vencimento final no segundo semestre de 2012.
- c) Leasing Financeiro – estão sujeitos a taxas de juros médias de 17,28% a.a. com vencimento final no início de 2014.

Empréstimos em moeda estrangeira:

Os empréstimos em moeda estrangeira em 31 de março de 2011 estão atualizados pela variação cambial do dólar ou do euro, e sobre os mesmos incidem juros médios de 9,45% a.a. para operações em dólar e de 5,21% a.a. para operações em Euro.

- d) Leasing Financeiro atualizável pela variação cambial do dólar e pagável em parcelas trimestrais com vencimento no final de 2013.
- e) Banco Votorantim S.A., atualizável pela variação cambial do dólar, pagável em parcelas trimestrais e semestrais com vencimento final em junho de 2011.
- f) DF Deutsche Forfait s.r.o, atualizável pela variação cambial do euro, pagável em parcelas semestrais com vencimento final no segundo semestre de 2011.
- g) Toronto Dominion Bank, atualizável pela variação cambial do dólar, pagável em parcelas semestrais com vencimento final no primeiro semestre de 2012.
- h) Banco Credit Suisse, atualizável pela variação cambial do dólar, pagável em parcelas trimestrais com vencimento final em 2015, refere-se à operação de pré-pagamento de exportação. O financiamento foi contratado conforme aprovação do Conselho de Administração está sendo destinado ao financiamento das exportações, ao alongamento da dívida e a implementação do plano de investimentos 2007/2008 da Companhia, com vencimento final em 2015.
- i) Banco C.I.T., atualizável pela variação cambial do euro, pagável em parcelas trimestrais com vencimento final em 2012.
- j) Banco Santander (Brasil), atualizável pela variação cambial do euro, pagável em parcelas anuais com vencimento final em 2013.
- k) Banco Santander, atualizável pela variação cambial do euro, pagável em parcelas semestrais com vencimento final em 2012.
- l) Banco Santander P.P.E. (Pré pagamento de exportação), atualizável pela variação cambial do dólar, pagável em parcelas semestrais com vencimento final em maio de 2011.

Garantias:

A Companhia mantém em garantia das operações aval dos controladores e/ou hipoteca ou alienação fiduciária de terrenos, edificações, máquinas e equipamentos e ativos biológicos (florestas), com valor aproximado de R\$ 163.000.

Para o financiamento de pré-pagamento de exportação, contratado junto ao Banco Credit Suisse, foram oferecidos como garantia as ações que a Companhia detém da controlada Habitasul Florestal S.A., alguns terrenos com suas respectivas florestas da Celulose Irani S.A., máquina onduladeira marca B.H.S. da unidade Embalagem de Indaiatuba – SP, caldeira 11 marca HPB-Sermatec Mod. VS-500 da Unidade Papel e ações que a Irani Participações S.A. detém da Companhia. Essas garantias tem valor aproximado de R\$ 184.000.

Em garantia a operação do Banco Santander (Brasil) foram oferecidos os direitos da carteira sobre a negociação dos créditos de carbono, oriundos do projeto de Co-Geração de Energia negociados em contratos com vigência até o ano de 2012.

Cláusulas Financeiras Restritivas:

Alguns contratos de financiamento junto a instituições financeiras possuem cláusulas financeiras restritivas vinculadas à manutenção de determinados índices financeiros, conforme abaixo:

Banco Santander (Brasil) (verificação realizada somente no final de cada exercício).

- a) Margem de EBITDA igual ou maior a 17%;
- b) Relação dívida líquida sobre EBITDA de 3 vezes;
- c) Alavancagem financeira máxima de 2 vezes o patrimônio líquido tangível conforme definido em contrato;

Banco Credit Suisse

- a) Relação dívida líquida sobre EBITDA de 3,25 vezes para os trimestres findos em 31 de março e 30 de junho de 2011, (iii) 3,0 vezes para os trimestres findos em 30 de setembro, 31 de dezembro de 2011, 31 de março de 2012; 2,75 vezes para os trimestres findos em 30 de junho e 30 de setembro 2012; e 2,50 vezes para os trimestres subsequentes até 2015.
- b) Relação EBITDA sobre despesa financeira líquida de no mínimo 2,25 vezes para o trimestre findo em 31 de março de 2011 e de 2,50 vezes para os trimestres fiscais subsequentes até 2015;
- c) Dívida líquida ao final de cada ano fiscal não poderá exceder US\$ 170 milhões (cento e setenta milhões de dólares). Exceto quando a dívida líquida em relação ao EBITDA for igual ou inferior a 2,5 vezes.
- d) Os gastos com investimentos não poderão ser superiores a 75% do valor da depreciação somada a exaustão e amortização. Exceto quando a dívida líquida em relação ao EBITDA for igual ou inferior a 2,5 vezes.

A Companhia atingiu todos os índices exigidos nas cláusulas contratuais do Banco Credit Suisse.

TJLP – Taxa de juros de longo prazo.

CDI – Certificado de depósito interbancário

EBITDA - o resultado operacional adicionado das (receitas) despesas financeiras líquidas e de depreciações, exaustões e amortizações.

ROL – Receita operacional líquida

17. DEBÊNTURES

- a) A Companhia emitiu debêntures simples em 12 de abril de 2010, não conversíveis em ações, cuja colocação foi feita por meio de oferta pública com esforços restritos de distribuição, no valor de R\$ 100.000. As debêntures vencerão em abril de 2015 e serão amortizadas em oito parcelas semestrais a partir de Setembro de 2011, atualizável pela variação do CDI acrescido de 5% a.a. Os juros são devidos em parcelas semestrais sem carência.

Custo de Transação:

Esta operação incorreu num custo de transação de R\$ 3.483 e sua taxa de juros efetiva (TIR) é de 16%. É apresentado abaixo o montante dos custos de transação a serem apropriados ao resultado em cada período subsequente:

Ano	Principal
2011	108
2012	835
2013	818
2014	830
2015	892
	<u>3.483</u>

Garantias:

As Debêntures contam com garantias reais no valor aproximado de R\$ 164.500, conforme segue:

- Alienação fiduciária em favor do Agente Fiduciário de Terras da Celulose Irani em conformidade com os termos e condições do Instrumento Particular de Contrato de Alienação de Imóvel Irani e outras Avenças, o qual garantirá a dívida até o limite de R\$ 20 milhões.
- Alienação fiduciária em favor do Agente Fiduciário de Terrenos e Edificações da Irani Trading em conformidade com os termos e condições do Instrumento Particular de Contrato de Alienação de Imóvel Trading e outras Avenças, o qual garantirá a dívida até o limite de R\$ 40 milhões.

- Penhor Agrícola em favor do Agente Fiduciário de Ativos Florestais da Celulose Irani em conformidade com os termos e condições do Instrumento Particular de Contrato de Penhor Agrícola e outras Avenças.
- Cessão fiduciária em favor do Agente Fiduciário de direitos creditórios de titularidade da Celulose Irani no valor de 25% do saldo devedor de principal das Debêntures;

Cláusulas Financeiras Restritivas:

Foram determinadas algumas cláusulas restritivas vinculadas à manutenção de determinados índices financeiros com verificação trimestral, e o não atendimento pode gerar evento de vencimento antecipado da dívida. As cláusulas restritivas foram integralmente cumpridas neste exercício e estão apresentadas abaixo:

- a relação entre a Dívida Líquida e o EBITDA dos Últimos 12 Meses não poderá ser superior a: (i) para os trimestres findos em 31 de março e 30 de junho de 2011, 3,25x (três vírgula vinte e cinco vezes); (ii) para os trimestres findos em 30 de setembro, 31 de dezembro de 2011, 31 de março de 2012, 3,00x (três vezes); (iii) para os trimestres findos em 30 de junho e 30 de setembro 2012, 2,75x (duas vírgula setenta e cinco vezes); e (iv) a partir do trimestre findo em 30 de dezembro de 2012, 2,50x (duas vírgula cinquenta vezes). Ressalvado no entanto, que caso, em um dado trimestre fiscal (Trimestre Referência), o descumprimento do indicador de relação entre Dívida Líquida e o EBITDA dos Últimos 12 Meses, tenha ocorrido em um período onde a Variação Cambial tenha sido positiva e superior a 15% (quinze por cento), fica desde já estabelecido que, somente nesta hipótese, a Emissora fica dispensada do cumprimento deste índice financeiro para este trimestre. Haverá uma nova medição deste indicador, com base nos resultados relativos ao trimestre fiscal imediatamente subsequente onde a relação entre a Dívida Líquida e o EBITDA dos Últimos 12 Meses não poderá ser superior ao limite pré estabelecido relativo ao Trimestre Referência.
 - a relação entre o EBITDA dos Últimos 12 Meses e a Despesa Financeira Líquida dos Últimos 12 Meses não poderá ser inferior a: (i) para os trimestres fiscais findos em 31 de março de 2011, 30 de junho de 2011, 30 de setembro de 2011, 31 de dezembro de 2011 e 31 de março de 2012, 2,00x (duas vezes); (ii) para os trimestres fiscais findos em 30 de junho de 2012, 30 de setembro de 2012 e 31 de dezembro de 2012, 2,25x (duas vírgula vinte e cinco vezes); e (iii) a partir do trimestre fiscal findo em 31 de março de 2013 (inclusive) até o integral cumprimento de todas as obrigações decorrentes dos Documentos da Emissão, 2,50x (duas vírgula cinquenta vezes).
 - a relação entre o EBITDA dos Últimos 12 Meses e a Receita Líquida dos Últimos 12 Meses não poderá ser inferior a 17% (dezesete por cento) em todo o período da operação, até o integral cumprimento de todas as obrigações decorrentes dos Documentos da Emissão.
- b) A Companhia emitiu debêntures simples em 19 de agosto de 2010, não conversíveis em ações, cuja integralização foi feita pela controlada Irani Trading S.A., pelo valor de R\$ 40.000. As debêntures vencerão em parcela única em agosto de 2015 e são atualizadas pelo IPCA mais 6%

a.a. Os juros serão pagos juntamente com a parcela única em agosto de 2015.

Custo de Transação:

Esta operação incorreu num custo de transação de R\$ 1.902 e sua taxa de juros efetiva (TIR) é de 9,62%. É apresentado abaixo o montante dos custos de transação a serem apropriados ao resultado em cada período subsequente:

Ano	Principal
2011	-
2012	-
2013	232
2014	588
2015	1.082
	<u>1.902</u>

Esta emissão não contém garantias nem cláusulas financeiras restritivas.

O quadro a seguir mostra a exigibilidade por ano das operações de debêntures.

	Controladora		Consolidado	
	31.03.11	31.12.10	31.03.11	31.12.10
2011	12.504	12.788	12.504	12.788
2012	24.310	25.445	24.310	25.445
2013	24.551	25.617	24.551	25.617
2014	24.510	25.503	24.510	25.503
2015	53.347	53.076	10.812	11.559
	<u>139.222</u>	<u>142.429</u>	<u>96.687</u>	<u>100.912</u>
Parcela do circulante	25.004	12.788	25.004	12.788
Parcela do não circulante	114.218	129.641	71.683	88.124

18. FORNECEDORES

Correspondem aos débitos junto a fornecedores conforme a seguir:

CIRCULANTE	Controladora		Consolidado	
	31.03.11	31.12.10	31.03.11	31.12.10
Interno				
Materiais	28.892	32.114	29.712	32.695
Ativo imobilizado	96	291	96	291
Prestador de serviços	2.150	2.100	2.208	2.160
Transportadores	4.076	4.267	4.120	4.287
Partes relacionadas	2.549	1.390	-	(462)
Externo				
Materiais	452	661	452	661
	<u>38.215</u>	<u>40.823</u>	<u>36.588</u>	<u>39.632</u>

19. PARCELAMENTOS TRIBUTÁRIOS

A Companhia optou pelo REFIS, normatizado pela Lei 11.941/09 e MP 470/09, para parcelamento de seus tributos. Os parcelamentos são amortizados mensalmente e estão atualizados monetariamente pela variação da SELIC.

A Companhia parcelou o ICMS ordinário do Estado de São Paulo e sobre o mesmo incidem juros de 2% ao mês, amortizado mensalmente.

Os valores estão apresentados conforme a seguir:

CIRCULANTE

	Controladora		Consolidado	
	31.03.11	31.12.10	31.03.11	31.12.10
Parcelamento REFIS INSS	288	580	383	673
Parcelamento REFIS Receita Federal	942	1.409	953	1.420
Parcelamento ICMS	1.402	1.321	1.402	1.321
Parcelamento INSS Patronal	663	700	663	700
	<u>3.295</u>	<u>4.010</u>	<u>3.401</u>	<u>4.114</u>

NÃO CIRCULANTE

	Controladora		Consolidado		Vencimento
	31.03.11	31.12.10	31.03.11	31.12.10	
Parcelamento REFIS INSS	-	-	595	609	Junho 2013
Parcelamento REFIS Receita Federal	8.491	8.273	8.572	8.351	Novembro 2025
Parcelamento ICMS	3.374	3.509	3.374	3.509	Outubro 2014
Parcelamento INSS Patronal	2.044	2.154	2.044	2.154	Abril 2015
	<u>13.909</u>	<u>13.936</u>	<u>14.585</u>	<u>14.623</u>	

Vencimentos no longo prazo:	Controladora		Consolidado	
	31.03.11	31.12.10	31.03.11	31.12.10
2012	2.501	2.014	2.619	2.104
2013	2.501	2.014	2.619	2.104
2014	2.065	2.014	2.183	2.104
2015	779	1.687	897	1.777
Acima	6.063	6.207	6.267	6.534
	<u>13.909</u>	<u>13.936</u>	<u>14.585</u>	<u>14.623</u>

INSS – Refere-se a parcelamento Previdenciário da Lei 10.684/03 e que a Companhia aderiu ao Refis em Novembro de 2009.

Receita Federal – Refere-se a parcelamento de Tributos Federais da Lei 10.684/03 e que a Companhia aderiu ao Refis em Novembro de 2009.

Receita Federal - IPI – Refere-se a parcelamento de outros débitos de IPI no montante atualizado de R\$ 8.491 sendo R\$ 3.252 de principal e R\$ 5.239 de multas e de juros de mora. Este valor será pago em 180 parcelas e atualizado pela SELIC.

INSS Patronal – Refere-se a parcelamento Previdenciário dos meses de novembro, dezembro e décimo terceiro do ano de 2008.

20. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS - PASSIVO

A Companhia adotou para 2010 e 2011 o regime de caixa na apuração do imposto de renda e contribuição social sobre variações cambiais e registrou passivo fiscal diferido da variação cambial a realizar.

Com base no valor justo dos ativos biológicos e no custo atribuído do ativo imobilizado, foram registrados impostos diferidos passivos.

Os saldos dos impostos diferidos passivos em 31 de março de 2011 e 31 de dezembro de 2010 são

compostos conforme:

	Controladora		Consolidado	
	<u>31.03.11</u>	<u>31.12.10</u>	<u>31.03.11</u>	<u>31.12.10</u>
Imposto de renda diferido passivo				
Variação cambial a realizar pelo Regime de Caixa	8.387	8.364	9.042	8.757
Valor Justo dos ativos biológicos	29.801	30.165	31.235	31.635
Custo Atribuído do ativo imobilizado	83.546	83.457	104.555	104.439
Reserva de Reavaliação	4.247	4.258	4.247	4.258
Contribuição social diferida passiva				
Variação cambial a realizar pelo Regime de Caixa	3.019	3.011	3.255	3.153
Valor Justo dos ativos biológicos	10.725	10.858	11.499	11.653
Custo Atribuído do ativo imobilizado	30.081	30.047	37.644	37.599
Reserva de Reavaliação	1.529	1.533	1.529	1.533
	<u>171.335</u>	<u>171.693</u>	<u>203.006</u>	<u>203.027</u>

21. PARTES RELACIONADAS

Controladora	Contas a receber		Contas a pagar		Debêntures a pagar		Mútuo passivo		Receitas		Despesas	
	31.03.11	31.12.10	31.03.11	31.12.10	31.03.11	31.12.10	31.03.11	31.12.10	31.03.11	31.03.10	31.03.11	31.03.10
Irani Trading S.A.	-	-	1.422	1.389	42.535	41.516	3.785	4.345	-	-	4.248	4.314
Habitasul Florestal S.A.	4.369	4.369	1.133	456	-	-	13.258	13.258	-	-	851	325
HGE - Geração de Energia	-	-	1.285	1.387	-	-	-	-	-	-	-	-
Meu Móvel de Madeira	1.690	2.132	-	-	-	-	-	-	-	853	-	628
Irani Participações	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	120	120
Companhia Com.de Imóveis	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	405
Remuneração dos administradores	-	-	3.818	3.818	-	-	-	-	-	-	1.131	1.318
Total	6.059	6.501	7.658	7.050	42.535	41.516	17.043	17.602	-	853	6.350	7.110
Parcela circulante	(6.059)	(6.501)	(7.658)	(7.050)	-	-	-	-	-	-	-	-
Parcela não circulante	-	-	-	-	42.535	41.516	17.043	17.602	-	-	-	-

Consolidado	Contas a pagar		Despesas	
	31.03.11	31.12.10	31.03.11	31.03.10
Irani Participações	-	-	120	120
Companhia Com.de Imóveis	-	149	447	405
Remuneração dos administradores	3.818	3.818	1.215	1.399
Total	3.818	3.967	1.782	1.924
Parcela circulante	(3.818)	(3.967)	-	-

Os créditos e débitos junto às controladas Irani Trading S.A., Habitasul Florestal S.A. e Meu Móvel de Madeira LTDA., são decorrentes de operações comerciais entre as partes, sendo assim não há incidência de encargos nem vencimento final definido.

A Irani Trading S.A. é atualmente proprietária de Imóvel Industrial localizado em Vargem Bonita, SC, o qual está sendo locado para a Celulose Irani S.A., nos termos do Contrato de Locação firmado entre as partes em 20 de Outubro de 2009, e aditado em 24

de março de 2010. O referido contrato tem prazo de 64 meses da emissão do termo de início da locação que se deu em 01 de janeiro de 2010. O valor locatício é de R\$ 1.364 mensais fixos.

A Companhia emitiu em 19 de agosto de 2010 debêntures simples, as quais foram adquiridas pela controlada Irani Trading S.A. e são atualizadas pelo IPCA mais 6% a.a. com vencimento descrito na nota 17.

O débito junto a HGE – Geração de Energia Sustentável é decorrente de valor a integralizar de capital social referente alteração contratual com aumento de capital a ser integralizado até final do ano de 2011.

O débito junto a Irani Participações é decorrente de prestação de serviços tomados pela Companhia.

Os débitos decorrentes da remuneração dos administradores referem-se aos honorários da diretoria e participação dos administradores.

As despesas com honorários da Administração, sem encargos sociais, totalizaram R\$ 1.215 em 31.03.2011 (R\$ 5.003 em 2010). A remuneração global dos administradores foi aprovada pela Assembléia Geral Ordinária de 29 de abril de 2011 no valor máximo de R\$ 5.500.

Foi destacada Participação dos Administradores referente ao resultado do exercício de 2010, no montante de R\$ 3.818 mil, equivalente a 10% do resultado líquido do exercício, conforme previsão estatutária da Companhia. Sua distribuição se dará aos administradores por deliberação específica do Conselho de Administração.

22. CÉDULA DE CRÉDITO IMOBILIÁRIO – CRI

Em 03 de agosto de 2010 a controlada Irani Trading S.A. emitiu Instrumento Particular de Cédula de Créditos Imobiliários – CCI, lastreada em contrato de locação celebrado em 20 de outubro de 2009, entre a Irani Trading S.A. e Celulose Irani S.A..

A Irani Trading S.A. cedeu a CCI para a Brazilian Securities Companhia de Securitização. Em decorrência desta cessão, a Securitizadora emitiu em regime fiduciário Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRIs e pagou em 06 de agosto de 2010 para a Irani Trading S.A. o preço da cessão da CCI, no montante de R\$ 40.833, que equivale ao valor presente líquido de 37 parcelas futuras de aluguel à taxa de 14,70% a.a.

Essa operação está sendo liquidada em 37 parcelas mensais e consecutivas no valor de R\$ 1.364 cada, com início em 25 de agosto de 2010 e término em 25 de agosto de 2013, devidas pela locatária Celulose Irani S.A. à cedente Irani Trading S.A., por força do contrato de locação.

Garantias:

A Companhia constituiu garantias reais em favor da Securitizadora em montante aproximado de R\$ 35.800, sendo:

- Hipoteca dos imóveis da Celulose Irani S/A, objeto das matrículas nº 2.479, 2.481 e 8.535 do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Ponte Serrada, SC.
- Penhor Agrícola dos ativos florestais (pínus e eucaliptos) existentes nas áreas objeto de hipoteca, relacionadas no item anterior.
- Cessão Fiduciária de Bens e Direitos representada por Caução de Duplicatas, em montante equivalente a 3(três) parcelas mensais devidas pela locatária Celulose Irani S.A. à Cedente Irani Trading S.A., por força do contrato de locação.

Cláusulas Financeiras Restritivas:

Foram determinadas algumas cláusulas financeiras restritivas vinculadas à manutenção de determinados índices financeiros com verificação trimestral, e o não atendimento pode gerar evento de vencimento antecipado da dívida. As cláusulas restritivas foram integralmente cumpridas neste exercício e estão apresentadas abaixo:

- a relação entre a Dívida Líquida e o EBITDA dos Últimos 12 Meses não poderá ser superior a: (i) para os trimestres findos em 31 de março e 30 de junho de 2011, 3,25x (três vírgula vinte e cinco vezes); (ii) para os trimestres findos em 30 de setembro, 31 de dezembro de 2011, 31 de março de 2012, 3,00x (três vezes); (iii) para os trimestres findos em 30 de junho e 30 de setembro 2012, 2,75x (duas vírgula setenta e cinco vezes); e (iv) a partir do trimestre findo em 30 de dezembro de 2012, 2,50x (duas vírgula cinquenta vezes). Ressalvado no entanto, que caso, em um dado trimestre fiscal (Trimestre Referência), o descumprimento do indicador de relação entre Dívida Líquida e o EBITDA dos Últimos 12 Meses, tenha ocorrido em um período onde a Variação Cambial tenha sido positiva e superior a 15% (quinze por cento), fica desde já estabelecido que, somente nesta hipótese, a Emissora fica dispensada do cumprimento deste índice financeiro para este trimestre. Haverá uma nova medição deste indicador, com base nos resultados relativos ao trimestre fiscal imediatamente subsequente onde a relação entre a Dívida Líquida e o EBITDA dos Últimos 12 Meses não poderá ser superior ao limite pré estabelecido relativo ao Trimestre Referência.
- a relação entre o EBITDA dos Últimos 12 Meses e a Despesa Financeira Líquida dos Últimos 12 Meses não poderá ser inferior a: (i) para os trimestres fiscais findos em 31 de março de 2011, 30 de junho de 2011, 30 de setembro de 2011, 31 de dezembro de 2011 e 31 de março de 2012, 2,00x (duas vezes); (ii) para os trimestres fiscais findos em 30 de junho de 2012, 30 de setembro de 2012 e 31 de dezembro de 2012, 2,25x (duas vírgula vinte e cinco vezes); e (iii) a partir do trimestre fiscal findo em 31 de março de 2013 (inclusive) até o integral cumprimento de todas as obrigações decorrentes dos Documentos da Emissão, 2,50x (duas vírgula cinquenta vezes).

- a relação entre o EBITDA dos Últimos 12 Meses e a Receita Líquida dos Últimos 12 Meses não poderá ser inferior a 17% (dezesete por cento) em todo o período da operação, até o integral cumprimento de todas as obrigações decorrentes dos Documentos da Emissão.

23. PROVISÃO PARA RISCOS CÍVEIS, TRABALHISTAS E TRIBUTÁRIOS

A Companhia e suas controladas figuram como parte em ações judiciais de natureza tributária, cível e trabalhista e em processos administrativos de natureza tributária. Apoiada na opinião de seus advogados e consultores legais, a Administração acredita que o saldo da provisão para contingência é suficiente para cobrir perdas prováveis.

Abertura do saldo da provisão:

	Controladora		Consolidado	
	31.03.11	31.12.10	31.03.11	31.12.10
Provisão cíveis	7.669	7.669	7.669	7.669
Provisão trabalhistas	508	508	575	575
Provisão tributárias	34.849	31.685	34.849	31.684
	<u>43.026</u>	<u>39.862</u>	<u>43.093</u>	<u>39.928</u>

Movimentação do saldo da provisão

Controladora	31.12.10	Provisão	31.03.11
Cível	7.669	-	7.669
Trabalhista	508	-	508
Tributária	31.685	3.164	34.849
	<u>39.862</u>	<u>3.164</u>	<u>43.026</u>
Consolidado	31.12.10	Provisão	31.03.11
Cível	7.669	-	7.669
Trabalhista	574	-	574
Tributária	31.685	3.164	34.849
	<u>39.928</u>	<u>3.164</u>	<u>43.092</u>

As provisões constituídas referem-se principalmente a:

- a) Os processos cíveis relacionam-se, dentre outras questões, a pedidos indenizatórios de rescisões contratuais de Representação Comercial em conjunto com uma ação falimentar de uma empresa onde a Companhia possui crédito habilitado. Em 31 de março de 2011, havia R\$ 7.669 provisionado para fazer frente às eventuais condenações nesses processos. Esses processos têm depósitos judiciais de R\$ 7.295, classificados no Ativo não Circulante.
- b) Os processos trabalhistas relacionam-se, entre outras questões, a reclamações formalizadas por ex-funcionários pleiteando pagamento de hora-extra, adicional de insalubridade, periculosidade, enfermidades e acidentes de trabalho. Com base em experiência passada e na assessoria de seus advogados, a Companhia provisionou R\$ 508 em 31 de março de 2011, e acredita que seja suficiente para cobrir eventuais perdas trabalhistas. Esses processos têm depósitos judiciais de R\$ 325, classificados no Ativo não Circulante.
- c) As provisões para processos tributários se referem a:
- i) execução fiscal promovida pelo Estado de Santa Catarina tratando-se de discussão de suposta transferência de crédito irregular de ICMS no valor de R\$ 1.305.
 - ii) a Companhia realiza a compensação de tributos federais referente às suas operações com créditos de IPI sobre aquisição de aparas. O montante compensado entre os períodos de setembro de 2006 a março de 2011 foi de R\$ 25.615. O saldo atualizado em 31 de março de 2011 totaliza R\$ 33.544.

Contingências

Para as contingências avaliadas pelos assessores jurídicos como perdas possíveis não foram constituídas provisões contábeis. Em 31 de março de 2011, o montante das causas de naturezas trabalhistas, cíveis, ambientais e tributárias é composto como segue:

	Controladora e Consolidado	
	31.03.11	31.12.10
Contingências trabalhistas	8.154	8.154
Contingências cíveis	780	780
Contingências ambientais	876	876
Contingências tributárias	46.097	46.097
	<u>55.907</u>	<u>55.907</u>

Contingências trabalhistas:

As ações trabalhistas avaliadas pelos assessores jurídicos como perdas possíveis totalizam R\$ 8.154 e contemplam principalmente causas de indenização (periculosidade, insalubridade, horas extras, adicionais, danos materiais decorrentes de acidente de trabalho). Se encontram em diversas fases

processuais de andamento e são entendidas pela Administração com boas chances de êxito.

Contingências cíveis:

As ações cíveis avaliadas pelos assessores jurídicos como perdas possíveis totalizam R\$ 780 e contempla principalmente ação cíveis de indenização, encontrando-se em fases processuais diversas.

Contingências ambientais:

Refere-se à ação ambiental do Ministério Público Federal e tem como valor máximo estimado de indenização R\$ 876 mil. Por considerar o referido assunto de difícil mensuração, a Administração da Companhia avalia a ação como possível perda, porém com boas chances de êxito, entendendo ainda que se condenada o valor seja menor do máximo estimado de indenização.

Contingências tributárias:

As ações tributárias avaliadas pelos assessores jurídicos como perdas possíveis totalizam R\$ 46.097 e contemplam os seguintes processos:

- Processo Administrativo 10925.000172/2003-66 com valor em 30 de setembro de 2010 de R\$ 7.099 referente à auto de infração de IPI originado por suposta irregularidade na compensação de crédito tributário. A Companhia é beneficiária de decisão administrativa definitiva pelo acórdão 203-03.459 de 16/09/97 que declarou a procedência do pedido de restituição. A Receita Federal do Brasil interpôs recurso administrativo que se encontra em pendência de julgamento.
- Execução Fiscal nº 2004.72.03.001555-8 do INSS – Instituto Nacional do Seguro Social com valor em 30 de setembro de 2010 de R\$ 4.247 referente à Notificação Fiscal de Lançamento de Débito que versa sobre contribuição social incidente sobre a receita bruta proveniente da comercialização da produção de empresas agroindustriais. O processo encontra-se suspenso por decisão judicial, aguardando julgamento da ação anulatória nº 2005.71.00.002527-8.
- Execução Fiscal nº 99.70.00325-9 do INSS – Instituto Nacional do Seguro Social com valor em 31 de dezembro de 2010 de R\$ 4.471 que trata de cobrança de crédito tributário por meio da NFLD nº 32.511.108-1, referente a contribuições previdenciárias supostamente devidas por empresas contratadas para a prestação do serviço de cessão de mão de obra, sendo a Companhia responsável solidária. O processo encontra-se aguardando julgamento de agravo regimental interposto pela PFN, diante de procedência dos embargos à execução opostos pela Companhia.
- Processos Administrativos nº. 11080.013972/2007-12 e nº. 11080.013973/2007-67 com valor em 31 de dezembro de 2010 de R\$ 3.161 referente a Autos de Infração de PIS e COFINS oriundos de suposto crédito tributário indevido. A Companhia contesta os referidos autos administrativamente e considera boas as chances de êxito.
- Processos Administrativos referente notificações fiscais do Estado de Santa Catarina, oriundos de suposto crédito tributário indevido por creditamento de ICMS na aquisição de

materiais utilizados no processo produtivo das unidades Industriais instaladas neste Estado, com valor em 31 de dezembro de 2010 de R\$ 27.119. A Companhia apresentou defesas administrativas para as referidas notificações fiscais e considera muito boas as chances de êxito para todos os créditos constituídos.

24. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a. Capital Social

O capital social, em 31 de março de 2011, é de R\$ 63.381, composto por 8.104.500 ações sem valor nominal, sendo 7.463.987 ações ordinárias e 640.513 ações preferenciais. As ações preferenciais não têm direito a voto, participam dos lucros com remuneração superior à razão de 10%, em relação às ações ordinárias, e têm prioridade de reembolso do capital, sem prêmio em caso de liquidação da Companhia. A Companhia poderá emitir ações preferenciais, sem valor nominal e sem direito a voto, até o limite de 2/3 do número das ações representativas do capital social, bem como aumentar as espécies ou classes existentes sem guardar proporção entre si.

b. Ações em tesouraria

Em reunião de 24 de novembro 2010, o Conselho de Administração autorizou a Companhia a adquirir ações de sua própria emissão para manutenção em tesouraria e posterior cancelamento ou alienação, sem redução do capital social, em conformidade com a Instrução CVM n° 10/80 e suas alterações. O plano de recompra tem por objetivo maximizar o valor das ações para os acionistas, e tem como prazo para realização da operação 365 dias, até 23 de novembro de 2011. Ficou desta forma autorizada aquisição de até 62.356 ações ordinárias e 18.646 ações preferenciais, ambas nominativas escriturais sem valor nominal.

A Companhia adquiriu em 2010, 9.100 ações ao valor total de R\$ 229, e até 31 de março de 2011 mais 21.900 no valor de R\$ 593 distribuídas da seguinte forma:

Compra de Ações

	Controladora	
	31.03.11	31.12.10
Ordinárias	485	199
Preferenciais	108	30
	<u>593</u>	<u>229</u>

7.900 ações ordinárias e 1.200 ações preferenciais em 2010

18.000 ações ordinárias e 3.900 ações preferenciais até 31.03.2011

O valor de negociação dessas ações na Bolsa de Valores de São Paulo era de R\$ 27,00 em 31.12.10 e de R\$ 28,00 em 31.03.11 para as ações ordinárias, e R\$ 26,00 em 31.12.10 e R\$ 28,80 em 31.03.11 para as ações preferenciais.

A Companhia mantém ainda em tesouraria 5.602 (cinco mil seiscentas e duas) ações ordinárias no montante de R\$ 80, adquiridas de ex-diretores que se desligaram em períodos anteriores, conforme determinava o plano de opção de ações então existente.

25. LUCRO POR AÇÃO

O lucro por ação básico e diluído é calculado pela divisão do lucro das operações continuadas atribuível aos acionistas da Companhia, pela média ponderada das ações disponíveis durante o exercício. A Companhia não possui efeitos de ações potenciais como dívidas conversíveis em ações, desta forma o lucro diluído é igual ao lucro básico por ação.

	31.03.11		
	Ações ON Ordinárias	Ações PN Preferenciais	Ações ON e PN Total
Média ponderada da quantidade de ações	7.438.818	636.513	8.075.331
Lucro líquido do exercício atribuível a cada espécie de ações (*)	3.688	347	4.035
Lucro por ação básico e diluído - R\$	0,4957	0,5453	

	31.03.10		
	Ações ON Ordinárias	Ações PN Preferenciais	Ações ON e PN Total
Média ponderada da quantidade de ações	7.458.385	640.513	8.098.898
Lucro líquido do exercício atribuível a cada espécie de ações (*)	7.504	709	8.213
Lucro por ação básico e diluído - R\$	1,0061	1,1068	

(*) As ações preferencias tem direito a dividendos 10% superiores as ações ordinárias.

26. RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS

A receita líquida da Companhia está apresentada conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	31.03.11	31.03.10	31.03.11	31.03.10
Receita bruta de vendas de produtos	139.576	116.530	147.431	121.300
Impostos sobre as vendas	(30.077)	(25.154)	(31.034)	(25.584)
Devoluções de vendas	(687)	(551)	(792)	(574)
Receita líquida de vendas	<u>108.812</u>	<u>90.825</u>	<u>115.605</u>	<u>95.142</u>

27. DESPESAS POR NATUREZA

A composição das despesas por natureza está apresentada conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	31.03.11	31.03.10	31.03.11	31.03.10
Custos variáveis (matérias primas e materias de consumo)	(54.129)	(50.430)	(53.814)	(48.697)
Gastos com pessoal	(20.010)	(16.263)	(20.761)	(16.478)
Varição valor justo ativos biológicos	-	11.203	-	14.545
Depreciação, amortização e exaustão	(8.312)	(8.268)	(10.720)	(10.599)
Fretes de vendas	(4.094)	(3.982)	(4.336)	(4.133)
Contratação de serviços	(3.480)	(2.785)	(3.620)	(2.843)
Despesas de vendas	(5.720)	(4.969)	(5.729)	(4.825)
Outros gastos	(4.105)	-	(4.105)	(5)
	<u>(99.850)</u>	<u>(75.494)</u>	<u>(103.085)</u>	<u>(73.035)</u>
<u>Outras despesas líquidas</u>				
Custo da venda de ativos	(167)	(863)	(168)	(869)
Venda de ativo permanente	454	296	454	305
Outras receitas/despesas	147	205	153	494
	<u>435</u>	<u>(362)</u>	<u>440</u>	<u>(70)</u>
Despesa operacional	<u>(99.415)</u>	<u>(75.857)</u>	<u>(102.645)</u>	<u>(73.106)</u>

28. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS

Receitas

	Controladora		Consolidado	
	31.03.11	31.03.10	31.03.11	31.03.10
Receita de bens alienados	455	339	456	351
Outras receitas operacionais	329	335	338	420
	<u>784</u>	<u>674</u>	<u>794</u>	<u>771</u>

Despesas

	Controladora		Consolidado	
	31.03.11	31.03.10	31.03.11	31.03.10
Custo dos Bens sinistrados e alienados	(167)	(808)	(168)	(811)
Outras despesas operacionais	(182)	(133)	(186)	(141)
Provisão para perda em controlada	-	(206)	-	-
	<u>(349)</u>	<u>(1.147)</u>	<u>(354)</u>	<u>(952)</u>

29. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Reconciliação da taxa efetiva dos impostos:

	Controladora		Consolidado	
	31.03.11	31.03.10	31.03.11	31.03.10
Resultado antes dos impostos	4.494	8.929	5.023	9.132
Alíquota Básica	34%	34%	34%	34%
Crédito (débito) tributário à alíquota básica	(1.528)	(3.036)	(1.708)	(3.105)
Efeito fiscal de (adições) exclusões permanentes:				
Equivalência patrimonial	1.138	2.245	-	-
RTT - Ajustes do regime tributário de transição	-	75	-	75
Diferença de tributação empresas controladas	-	-	1.125	2.245
Outras diferenças permanentes	(70)	-	(405)	(134)
	<u>(460)</u>	<u>(716)</u>	<u>(988)</u>	<u>(919)</u>
Imposto de renda e contribuição social corrente	(811)	(441)	(1.361)	(561)
Imposto de renda e contribuição social diferido	351	(275)	373	(358)

30. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	Controladora		Consolidado	
	31.03.11	31.03.10	31.03.11	31.03.10
Receitas financeiras				
Rendimentos de aplicações financeiras	903	96	903	96
Juros	228	270	262	269
Descontos obtidos	62	9	62	9
	<u>1.193</u>	<u>375</u>	<u>1.227</u>	<u>374</u>
Varição cambial				
Varição cambial ativa	2.874	9.720	2.874	9.721
Varição cambial ativa - derivativos a valor justo	1.378	-	1.378	-
Varição cambial passiva	(1.075)	(13.456)	(1.075)	(13.457)
Varição cambial passiva - derivativos a valor justo	(869)	-	(869)	-
Varição cambial líquida	<u>2.308</u>	<u>(3.736)</u>	<u>2.308</u>	<u>(3.736)</u>
Despesas financeiras				
Juros	(11.446)	(8.500)	(11.164)	(8.627)
Descontos concedidos	(36)	(27)	(38)	(152)
Deságios/despesas bancárias	-	(641)	(4)	(642)
Outros	(265)	(116)	(266)	(122)
	<u>(11.747)</u>	<u>(9.284)</u>	<u>(11.472)</u>	<u>(9.543)</u>
Resultado financeiro líquido	<u>(8.246)</u>	<u>(12.645)</u>	<u>(7.937)</u>	<u>(12.905)</u>

31. SEGUROS

A Companhia adota uma política conservadora com relação à contratação de seguros para cobertura de sinistros diversos. A cobertura de seguros é determinada segundo a natureza dos riscos dos bens, sendo considerada suficiente para cobrir eventuais perdas decorrentes de sinistros (suficiência do seguro não revisado pelos auditores independentes). Em 31 de março de 2011, a cobertura está assim demonstrada:

Dados Controladora e Consolidado:

<u>Cobertura</u>	<u>Vigência</u>	<u>Importância Segurada</u>
Seguro Empresarial, grupo de usinas, coberturas de incêndio, raio, explosão, danos elétricos e vendaval.	21/10/10 a 20/10/11	R\$ 5.329
Seguro Empresarial, grupo escritórios e pousada, coberturas de incêndio, raio, explosão, danos elétricos e vendaval.	09/10/10 a 08/10/11	R\$ 1.900
Seguro Industrial, grupo fábricas, coberturas de incêndio, raio e explosão de qualquer natureza, danos elétricos, vendaval/fumaça.	12/11/10 a 11/11/11	R\$ 237.970
Seguro Responsabilidade Civil Geral, abrangente para todas as unidades, coberturas de responsabilidade civil e danos morais.	28/09/10 a 27/09/11	R\$ 10.000
Seguro Responsabilidade Civil de Administradores.	04/11/10 a 03/11/11	R\$ 10.000
Seguro Residencial e Empresarial, vila residencial e dependências comerciais, coberturas de incêndio, raio, explosão, danos elétricos e vendaval.	29/09/10 a 28/09/11	R\$ 13.060
Seguro de vida em grupo - colaboradores - 24 ou 48 vezes o salário nominal, se por morte natural ou acidental, respectivamente.	02/12/10 a 01/12/11	valor da cobertura é limitado ao mínimo de R\$ 10 e máximo de R\$ 500
Seguro frota de veículos, danos materiais, corporais e morais.	15/08/10 a 14/08/11	Veículos a valor de mercado e coberturas adicionais de R\$ 370 por veículo.

Em relação às florestas, a Companhia avaliou os riscos existentes e concluiu pela não contratação de seguros, face às medidas preventivas adotadas contra incêndio e outros riscos florestais que tem se mostrado eficientes. A Administração avalia que o gerenciamento dos riscos relacionados as atividades florestais, é adequado para a continuidade operacional da atividade na Companhia.

32. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Fatores de risco financeiro

A Companhia está exposta a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco cambial e risco de taxa de juros), risco de crédito e risco de liquidez.

Tendo como objetivo estabelecer regras para a gestão financeira da Companhia, foi aprovada pelo Conselho de Administração em 20 de outubro de 2010, a Política de Gestão Financeira, a qual normatiza e estabelece diretrizes para a utilização dos instrumentos financeiros.

A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos financeiros. A política de utilização de instrumentos financeiros derivativos pela Companhia tem como objetivo minimizar riscos financeiros inerentes as suas operações, bem como garantir a eficiência na gestão dos seus ativos e passivos financeiros. Os instrumentos financeiros derivativos em vigência foram contratados com o objetivo de proteger as obrigações decorrentes de empréstimos tomados em moeda estrangeira ou as exportações da Companhia e foram aprovadas pelo Conselho de Administração.

Risco de exposição cambial

A Companhia mantém operações no mercado externo expostas às mudanças nas cotações de moedas estrangeiras. Em 31 de dezembro de 2010 e 31 de março de 2011, essas operações apresentam exposição passiva líquida conforme o quadro abaixo.

A exposição cambial total líquida em moeda estrangeira é equivalente a 20 meses das exportações para o ano de 2010 tomando como base a média das exportações realizadas no ano 2010, e 17 meses das exportações tomando como base a média das exportações realizadas no 1º trimestre de 2011. Como o maior valor dos empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira tem sua exigibilidade no longo prazo, a Companhia entende que gerará fluxo de caixa em moeda estrangeira suficiente para quitação de seu passivo de longo prazo em moeda estrangeira.

	Controladora		Consolidado	
	31.03.11	31.12.10	31.03.11	31.12.10
Contas a receber	6.837	2.895	6.891	2.949
Créditos de carbono a receber	5.637	5.789	5.637	5.789
Bancos conta vinculada	8.097	10.484	8.097	10.484
Adiantamento de clientes	(388)	(325)	(388)	(207)
Fornecedores	(452)	(661)	(452)	(661)
Empréstimos e financiamentos	(93.179)	(99.841)	(93.179)	(99.841)
Exposição líquida	<u>(73.448)</u>	<u>(81.659)</u>	<u>(73.394)</u>	<u>(81.487)</u>

A Companhia identificou os principais fatores de risco que podem gerar prejuízos para as suas operações com instrumentos financeiros. Com isso, desenvolvemos uma análise de sensibilidade, conforme determinado pela Instrução CVM nº 475, que requer que sejam apresentados dois cenários

com deterioração de 25% e 50% da variável de risco considerada, além de um cenário base. Estes cenários poderão gerar impactos nos resultados e/ou nos fluxos de caixa futuros da empresa, conforme descrito abaixo:

1 – Cenário base: manutenção da taxa de câmbio, em níveis próximos aos vigentes no período de elaboração destas demonstrações.

2- Cenário adverso: deterioração de 25% da taxa de câmbio em relação ao nível verificado em 31 de março de 2011.

3 – Cenário Remoto: deterioração de 50% da taxa de câmbio em relação ao nível verificado em 31 de março de 2011.

Operação	Saldo 31.03.11 US\$	Cenário base Ganho (perda)		Cenário adverso Ganho (perda)		Cenário remoto Ganho (perda)	
		Taxa	R\$	Taxa	R\$	Taxa	R\$
Ativos							
Contas a receber	12.664	1,61	(223)	2,01	4.878	2,42	9.978
Passivos							
Contas a pagar	(516)	1,61	9	2,01	(199)	2,42	(406)
Empréstimos e financiamentos	(57.211)	1,61	1.007	2,01	(22.036)	2,42	(45.079)
Efeito líquido			793		(17.357)		(35.507)

Esta análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto das mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro da Companhia. Cabe lembrar que foram utilizados os saldos constantes em 31.03.2011 como base para projeção de saldo futuro. O efetivo comportamento dos saldos de dívida e dos instrumentos derivativos respeitará seus respectivos contratos, assim como os saldos de contas a receber e a pagar poderão oscilar pelas atividades normais da Companhia e de suas controladas. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade que está contida no processo utilizado na preparação dessas análises. A Companhia procura manter as suas operações de empréstimos e financiamentos e de instrumentos derivativos expostos à variação cambial, com pagamentos líquidos anuais equivalentes aos recebimentos provenientes das suas exportações. Desta forma a Companhia busca proteger seu fluxo de caixa das variações do câmbio, e os efeitos dos cenários acima, se realizados, deverão gerar impacto econômico no seu resultado.

Risco de Taxas de juros

A Companhia pode ser impactada por alterações adversas nas taxas de juros. Esta exposição ao risco de taxas de juros se refere, principalmente, a mudança nas taxas de juros de mercado que afetem passivos e ativos da Companhia indexados pela taxa TJLP (Taxa de Juros de Longo Prazo do BNDES), CDI (Taxa de juros dos Certificados de Depósitos Interbancários), SELIC, TR (Taxa de Referência), EURIBOR (Euro Interbank Offered Rate), ou LIBOR (London Interbank Offered Rate).

A análise de sensibilidade calculada para o cenário base, cenário adverso e cenários remoto, sobre os

contratos de empréstimos e financiamentos que tem base de juros indexados esta representada na tabela abaixo:

Operação	Indexador	Saldo 31.03.11	Cenário base		Cenário adverso		Cenário remoto	
			Taxa %	R\$	Taxa %	R\$	Taxa %	R\$
Consolidado								
Aplicações financeiras								
CDB	CDI	41.139	10,64%	324	13,30%	(530)	15,96%	(1.384)
Financiamentos								
Capital de giro	CDI	18.038	10,64%	(201)	13,30%	329	15,96%	858
Debêntures	CDI	100.253	10,64%	(1.013)	13,30%	1.654	15,96%	4.321
Capital de giro	TR	14.174	0,13%	7	0,17%	12	0,20%	17
Finames	TJLP	21.858	6,00%	-	7,50%	328	9,00%	656
Financiamento Moeda Estrangeira	Libor	7.619	0,43%	(2)	0,54%	6	0,65%	14
Financiamento Moeda Estrangeira	Euribor	8.816	1,68%	12	2,10%	49	2,52%	86
Efeito líquido				(872)		1.848		4.568

Riscos de crédito

As vendas financiadas da Companhia são administradas através de política de qualificação e concessão de crédito. Os créditos de liquidação duvidosa estão adequadamente cobertos por provisão para fazer face às eventuais perdas na realização destes.

Risco de liquidez

A Administração monitora o nível de liquidez considerando o fluxo de caixa esperado, que compreende caixa, aplicações financeiras, fluxo de contas a receber e a pagar e pagamento de empréstimos e financiamentos. A política de gestão de liquidez envolve a projeção de fluxos de caixa nas principais moedas e a consideração do nível de ativos líquidos necessários para alcançar essas projeções, o monitoramento dos índices de liquidez do balanço patrimonial em relação às exigências reguladoras internas e externas e a manutenção de planos de financiamento de dívida.

Instrumentos financeiros derivativos

As operações de derivativos são classificadas por estratégias de acordo com o seu objetivo. São operações contratadas com o objetivo de proteção do endividamento líquido da Companhia ou suas exportações e importações contra as variações de câmbio. Os instrumentos financeiros foram designados no reconhecimento inicial, classificados como empréstimos e seus resultados são mensurados pelo seu valor justo e reconhecidos, na data de cada balanço, no resultado financeiro.

A Companhia mantém controles internos que a Administração julga suficientes para a gestão dos riscos. Mensalmente a diretoria analisa relatórios referentes ao custo financeiro da sua dívida e as informações do Fluxo de Caixa em Moeda Forte que contempla os recebimentos e pagamentos da Companhia em moeda estrangeira e avalia a necessidade de contratação de alguma proteção. Os resultados alcançados por esta forma de gerenciamento têm protegido o seu fluxo de caixa das variações do câmbio.

Em 31 de março de 2011, os montantes contratados destes instrumentos e os seus respectivos valores justos, assim como os efeitos acumulados no período, estão demonstrados na tabela abaixo:

Finalidade / Risco / Instrumento	31.03.2011		31.12.2010	
	Valor nocional	Valor justo (1)	Valor nocional	Valor justo (1)
Hedge de valor justo				
Moeda Estrangeira Swaps	29.300	(1.966)	29.300	(2.534)
Total derivativos	<u>29.300</u>	<u>(1.966)</u>	<u>29.300</u>	<u>(2.534)</u>

(1) Os instrumentos financeiros derivativos foram avaliados pelo seu valor justo, por meio de utilização de projeções futuras do dólar da BM&F Bovespa nas datas de apuração. No caso de swaps, tanto a ponta ativa quanto a ponta passiva são estimados de forma independente e trazidas a valor presente por uma taxa de juros de mercado, onde a diferença do resultado entre as pontas gera o seu valor de mercado.

Esses instrumentos, em 31 de março de 2011, apresentavam as seguintes faixas de vencimentos de Valor Justo e Valor Nocional por instrumento:

Finalidade / Risco / Instrumento	2011	2012	2013	2014	2015	Total
	Hedge de valor justo					
Moeda Estrangeira Swaps	193	(325)	(595)	(787)	(452)	(1.966)

Finalidade / Risco / Instrumento	2011	2012	2013	2014	2015	Total
	Hedge de valor justo					
Moeda Estrangeira Swaps	3.663	7.325	7.325	7.325	3.662	29.300

Parte desses instrumentos financeiros de contratos de Swaps estão atrelados à aplicação financeira vinculada, conforme nota explicativa 9.

33. SEGMENTOS OPERACIONAIS

a) Critérios de identificação dos segmentos operacionais

A Companhia segmentou a sua estrutura operacional seguindo a forma com que a Administração gerencia o negócio, e ainda, segundo os critérios de segmentação estabelecidos pelo CPC 22 (IFRS 8) – Informação por Segmento.

A Administração definiu como segmentos operacionais: papel; embalagem; florestal e resinas; e móveis, conforme segue abaixo descrito:

Segmento Papel: produz papéis Kraft de baixa e alta gramaturas e papéis reciclados, destinados ao mercado externo e interno, além de direcionar parte da produção para o Segmento Embalagem PO.

Segmento Embalagem PO: este segmento produz caixas e chapas de papelão ondulado, leves e pesadas, e conta com duas unidades produtivas, uma junto a fábrica de papel do segmento papel em Vargem Bonita, SC, e outra em Indaiatuba, SP.

Segmento Florestal RS e Resinas: através deste segmento, a Companhia cultiva pínus para o próprio fomento e também comercializa madeiras e produz da resina extraída do pínus, que servem de matéria prima para a produção de breu e terebintina.

Segmento Móveis: este segmento comercializa móveis para o mercado nacional atendido com vendas exclusivamente pela internet, através da controlada Meu Móvel de Madeira. O perfil dos produtos é composto por linhas de dormitórios, salas e móveis auxiliares.

b) Informações consolidadas dos segmentos operacionais

	31/3/2011 - Consolidado					
	Papel	Embalagem P.O	Florestal RS e Resinas	Móveis	Corporativo/ eliminações	Total
Vendas líquidas:						
Mercado interno	23.540	69.644	4.734	2.183	-	100.102
Mercado externo	10.266	-	5.237	-	-	15.503
Receita de vendas para terceiros	33.806	69.644	9.971	2.183	-	115.605
Receitas entre segmentos	6.444	100	-	-	(6.544)	-
Vendas líquidas totais	40.250	69.744	9.971	2.183	(6.544)	115.605
Variação valor justo ativo biológico	-	-	-	-	-	-
Custo dos produtos vendidos	(26.402)	(56.245)	(6.512)	(1.119)	6.236	(84.042)
Lucro bruto	13.848	13.499	3.459	1.064	(307)	31.563
Despesas operacionais	(2.560)	(7.280)	(978)	(995)	(6.790)	(18.603)
Resultado operacional antes do Resultado financeiro	11.287	6.220	2.481	69	(7.097)	12.960
Resultado financeiro	(4.735)	(3.526)	2	(2)	324	(7.937)
Resultado operacional líquido	6.553	2.694	2.483	66	(6.773)	5.023
Ativo Total	656.841	168.128	130.331	4.684	170.111	1.130.095
Passivo Total	288.110	58.022	14.939	3.137	295.378	659.586
Patrimônio Líquido	283.544	-	119.287	1.547	66.131	470.509

	31/3/2010 - Consolidado					
	Papel	Embalagem P.O	Florestal RS e Resinas	Móveis	Corporativo/ eliminações	Total
Vendas líquidas:						
Mercado interno	23.341	54.135	3.930	441	-	81.847
Mercado externo	8.076	-	5.219	-	-	13.295
Receita de vendas para terceiros	31.417	54.135	9.149	441	-	95.142
Receitas entre segmentos	3.963	406	-	-	(4.369)	-
Vendas líquidas totais	35.380	54.541	9.149	441	(4.369)	95.142
Variação valor justo At Biológico	11.203	-	3.342	-	-	14.545
Custo dos produtos vendidos	(27.228)	(38.583)	(6.326)	44	3.641	(68.452)
Lucro bruto	19.355	15.958	6.165	485	(728)	41.235
Despesas operacionais	(4.901)	(8.948)	(738)	(361)	(4.250)	(19.198)
Resultado operacional antes do resultado financeiro	14.454	7.010	5.427	124	(4.978)	22.037
Resultado Financeiro	(5.598)	(6.890)	(306)	(125)	14	(12.905)
Resultado Operacional Líquido	8.856	120	5.121	(1)	(4.964)	9.132
Ativo Total	628.352	158.534	118.957	4.139	153.305	1.063.287
Passivo Total	267.102	57.386	13.057	2.424	273.562	613.530
Patrimônio Líquido	274.774	-	115.497	1.451	58.035	449.757

O saldo na coluna Corporativa/eliminações envolve substancialmente despesas da unidade corporativa não rateada aos demais segmentos e as eliminações referem-se aos ajustes das operações entre os demais segmentos, as quais são realizadas a preços e condições usuais de mercado.

As informações referentes ao resultado financeiro foram distribuídas por segmento operacional levando-se em consideração a alocação específica de cada receita e despesa financeira ao seu segmento, e a distribuição das despesas e receitas comuns à Companhia pela NCG – Necessidade de Capital de Giro de cada segmento.

As informações de imposto de renda e contribuição social não foram divulgadas nas informações por segmento em razão da não utilização da Administração da Companhia dos referidos dados de forma segmentada.

c) Receitas líquidas de vendas

As receitas líquidas de vendas em 31.03.2011 totalizaram R\$ 115.605 (R\$ 95.142 em 31.03.2010).

A receita líquida de vendas para o mercado externo em 31.03.2011 totalizou R\$ 15.495 (R\$ 13.295 em 31.03.2010), distribuída por diversos países, conforme composição abaixo:

31.03.11 Consolidado			31.03.10 Consolidado		
País	Rec. Líquida Exportação	% na Receita Líquida Total	País	Rec. Líquida Exportação	% na Receita Líquida Total
Holanda	4.050	3,5%	Holanda	2.517	2,6%
Argentina	2.713	2,3%	Argentina	2.051	2,2%
Arábia Saudita	2.213	1,9%	Arábia Saudita	1.629	1,7%
Paraguai	1.144	1,0%	França	1.368	1,4%
Alemanha	878	0,8%	Estados Unidos	784	0,8%
França	808	0,7%	Chile	707	0,7%
Chile	673	0,6%	Peru	692	0,7%
Coreia	502	0,4%	Paraguai	631	0,7%
Peru	498	0,4%	África do Sul	492	0,5%
África do Sul	309	0,3%	Noruega	374	0,4%
Noruega	291	0,3%	Espanha	366	0,4%
Bolívia	243	0,2%	Bolívia	303	0,3%
Espanha	220	0,2%	Alemanha	193	0,2%
Venezuela	213	0,2%	Colômbia	182	0,2%
Estados Unidos	161	0,1%	Venezuela	156	0,2%
Paquistão	141	0,1%	Austria	111	0,1%
Colômbia	118	0,1%	Uruguai	107	0,1%
Outros países	320	0,3%	Outros países	634	0,7%
	<u>15.495</u>	<u>13,4%</u>		<u>13.295</u>	<u>14,0%</u>

As receitas líquidas de vendas da Companhia em 31.03.11 no mercado interno representaram R\$ 100.110 (R\$ 81.847 em 31.03.10).

No primeiro trimestre de 2011, um único cliente representava mais de 10% das vendas deste mercado no segmento Embalagem PO, com uma participação de 13,7% das receitas líquidas equivalente a R\$ 9.500. As demais vendas da Companhia no mercado interno e externo são pulverizadas, não havendo concentração de vendas de percentual acima de 10% para nenhum outro cliente.

34. OPERAÇÃO DESCONTINUADA

O Conselho de Administração da Companhia, em reunião realizada em 21 de Setembro de 2010, aprovou o encerramento das atividades de fabricação de móveis em sua unidade própria localizada em Rio Negrinho/SC, bem como autorizou a diretoria a alienar seus ativos. As operações foram efetivamente encerradas em Outubro de 2010, entretanto a Companhia manterá sua estratégia de venda de móveis no mercado interno através de sua controlada Meu Móvel de Madeira Comércio de Móveis e Decorações Ltda. Em 31 de março de 2011 e 2010, os resultados da operação descontinuada estão apresentados conforme segue:

Resultado de operação descontinuada

	31.03.11	31.03.10
Receita líquida	(73)	3.208
Custo dos produtos vendidos	(11)	(3.645)
Prejuízo (lucro) bruto	(84)	(437)
Despesas com vendas, gerais e administrativas	(261)	(637)
Resultado financeiro	(83)	(679)
Outras receitas e despesas operacionais	333	(30)
Prejuízo operacional antes dos efeitos tributários	(95)	(1.783)
Imposto de renda e contribuição social	32	606
Prejuízo líquido de operação descontinuada	(63)	(1.177)

O Resultado financeiro de operações descontinuadas é formado principalmente por receitas e despesas comuns as demais unidades da Companhia, e que são distribuídos para cada segmento pela NCG – Necessidade de Capital de Giro.

35. CONTRATOS DE LOCAÇÃO DE IMÓVEIS DE UNIDADES PRODUTIVAS

Em 31 de março de 2011, a Companhia possui 2 contratos de aluguel de unidades produtivas, além de outros pequenos contratos de aluguel de unidades comerciais e administrativas, todos classificados como arrendamento mercantil operacional, e alocados para despesa em cada exercício pelo regime de competência durante o período do arrendamento.

Os contratos de aluguel de unidades produtivas estão representados conforme segue:

- a) Contrato de locação firmado em 20 de outubro de 2009 e aditado em 24 de março de 2010 com a controlada Irani Trading S.A, que é proprietária de imóvel industrial localizado em Vargem Bonita, SC. O contrato tem prazo de 64 meses da emissão do termo de início que se deu em 01 de janeiro de 2010 e seu valor locatício é de R\$ 1.364 mensais fixos.
- b) Contrato de locação firmado em 26 de dezembro de 2006, referente aluguel da unidade Embalagem em Indaiatuba, SP, com vigência de 20 anos e valor mensal contratado de R\$ 125, reajustado anualmente pela variação do IGPM.

Os valores de alugueis reconhecidos como despesa no primeiro trimestre de 2011 e 2010 pela controladora, líquidos de impostos quando aplicáveis são:

- Alugueis de unidades produtivas = R\$ 4.497 (R\$ 4.497 em 1T10)
- Alugueis de unidades comerciais e administrativas = R\$ 75 mil (R\$ 72 em 1T10)

Os compromissos futuros oriundos desses contratos, calculados a valor de 31 de março de 2011 totalizam um montante mínimo de R\$ 93.246.

	<u>até um ano</u>	<u>depois de um ano até cinco anos</u>	<u>depois de cinco anos</u>	<u>Total</u>
Aluguéis mínimos futuros	18.163	57.544	17.539	93.246